

# **Análise das Relações Econômicas Contemporâneas entre o Brasil e a África Portuguesa**

**JÚLIO GOMES DA SILVA NETO\***

## **RESUMO:**

*Defende-se que a presença de capital brasileiro no continente africano se formou no interior do estabelecimento de uma ordem mundial específica, cuja característica era a hegemonia estadunidense e seu modelo econômico e geopolítico. A internacionalização de capital dos países centrais nessa ordem mundial anterior não se processou em direção ao continente africano, da mesma forma como ocorreu em relação a outras regiões. Com base nesse diagnóstico, o trabalho pretende levantar os investimentos brasileiros na chamada “África portuguesa”, considerados em números agregados, analisando sua evolução e repercutindo seus reflexos na acumulação de capital no Brasil. Nesse último caso, pretende-se buscar referência na “renda líquida recebida do exterior”, observando-se sua composição com números originários dos países africanos enquadrados na denominação acima.*

## **PALAVRAS CHAVE:**

Internacionalização do Capital; Ordem Mundial; Geoeconomia; Relações Sul-Sul.

Na esteira do desinteresse dos países centrais pelos mercados da economia africana, as empresas brasileiras buscaram, a partir dos anos 70 – e mais intensamente durante as décadas de 19(80) e 19(90) –, processar sua internacionalização no continente. No caso da África Portuguesa, Angola apresenta-se como um elemento exemplar da análise proposta aqui. Independente em 1975, o país de governo socialista teve, como primeiro país estrangeiro a reconhecer a sua independência, o Brasil, que á época possuía um governo reconhecidamente caracterizado por uma ditadura de moldes fascistas. Logo em seguida, a Petrobrás passou a atuar no país e, já em 1980, também a

---

\* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-doutorando em Ciência Política pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita (UNESP) campus Marília; Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Odebrecht, para construir hidrelétricas, estradas e sistemas de abastecimento de água, contando hoje com quase 11 mil funcionários no país.

Defende-se que a presença de capital brasileiro no continente africano se formou no interior do estabelecimento de uma ordem mundial específica, cuja característica era a hegemonia estadunidense e seu modelo econômico e geopolítico. A internacionalização de capital dos países centrais nessa ordem mundial anterior não se processou em direção ao continente africano, da mesma forma como ocorreu em relação a outras regiões. Os interesses econômicos desses países limitaram-se, basicamente, ao comércio internacional com aquele continente, particularmente no que se refere às antigas colônias européias (Convenções de Lomé). Esse movimento permitiu as empresas brasileiras valerem-se do “nicho” deixado pela estratégia de vinculação econômica da África com os países centrais, durante o ciclo hegemônico dos Estados Unidos da América (EUA), no século XX.

Nas últimas décadas do século passado e no primeiro decênio do século XXI, a humanidade vem testemunhando, o que parece ser, um nítido movimento de enfraquecimento hegemônico e transição de modelo econômico. Por um lado, o processo de globalização financeira, constituído para dar continuidade e alguma sustentação à hegemonia norte americana, permitiu flagrar o início de um período de descontinuidade econômica daquele país, a partir dos anos 19(70). Esse movimento aparece agora de forma mais dramática, considerando os últimos lances das crises de 2008 (EUA) e 2009 (Europa)<sup>1</sup>.

Com base nesse diagnóstico, o trabalho pretende levantar os investimentos brasileiros na chamada “África portuguesa”, considerados em números agregados, analisando sua evolução e repercutindo seus reflexos na acumulação de capital no Brasil. Nesse último caso, pretende-se buscar referência na “renda líquida recebida do exterior”, observando-se sua composição com números originários dos países africanos

---

<sup>1</sup> “A hegemonia, da forma como a entendo, envolve liderança, capacidade de mobilizar outros países de acordo com uma agenda particular. Em outras palavras, significa fazer com que os outros países acreditem em um consenso em torno desse líder, na sua capacidade de agir em favor do interesse dos liderados. Nesse sentido, os Estados Unidos não são mais hegemônicos. Por enquanto, são a maior economia, e aquela com o maior aparato militar. E é precisamente por isso que podem dominar: porque têm um impacto sobre o mundo muito maior do que qualquer outra nação. Esse domínio, contudo, não significa que os outros países necessariamente seguirão sua liderança. Na verdade, eles não a seguem mais.” Giovanni Arrighi em entrevista a Revista Carta Capital edição de junho/2008, p. 26-30.

enquadrados na denominação acima. A análise das relações econômicas entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa se completaria com a comparação entre a evolução dos números dos investimentos brasileiros na região e os agregados de investimentos europeus e norte-americanos para esses países.

### ***Breve Relato do Papel Estratégico da África para o Mundo Ocidental***

Após servir ao processo de acumulação primitiva de capital para a revolução industrial europeia, o continente africano passou a desempenhar um novo papel subordinado no cenário mundial do capitalismo monopolista. Processado o estabelecimento do capital financeiro em conjunto com o desenvolvimento de novas tecnologias na Europa, a necessidade de territórios fornecedores de matérias-primas – produzidas por mão-de-obra sub-assalariada –, fontes de energia e mercados para manufaturados europeus, se tornou premente no século XIX. Ao “dividir para governar” o território africano em colônias, os países europeus buscavam, portanto, atender às necessidades da continuidade do processo da então acumulação de capital do mundo metropolitano.

Ao final dos turbulentos anos de ‘ajustes’ das contradições, inerentes ao processo acumulativo, os países centrais, paulatinamente, vão cedendo aos movimentos de independência do continente africano, durante a segunda metade do século XX, na maioria dos casos em extenuantes guerras de libertação. A complicada divisão política do continente, com 53 Estados Nacionais, a despeito de toda a violência e complexidade étnica, edificada desde os tempos de capturas tribais para o tráfico de escravos, permite a preservação de sua integridade graças à Guerra Fria.

*“Este desempenho inicial, entretanto, foi atropelado por sucessivos golpes e regimes militares, e pela crise econômica mundial da década de 1970, que atingiu todas as economias periféricas e provocou um prolongado declínio da economia africana, até o início do século 21. Mesmo na década de 90, depois do fim do mundo socialista e da Guerra Fria, e no auge da globalização financeira, o continente africano ficou praticamente à margem dos novos fluxos de comércio e de investimento globais.”<sup>2</sup>*

---

<sup>2</sup> Fiori, J. Luís “Provavelmente, Deus não é Africano”. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2008-04,a2365> . Visitado em 20/08/2008.

Após os movimentos de libertação – completados pelo fim do *apartheid* na África do Sul – a situação estrutural do continente era deprimente. Com uma população empobrecida, uma infra-estrutura e uma produção de alimentos comprometida pelos danos das guerras de libertação e/ou pelas encarniçadas disputas étnicas que se seguiram, o continente africano não se mostrava atrativo às benesses do investimento ocidental, tornando-se alvo apenas das, assim chamadas, “missões de ajuda humanitária”.

Como se não bastasse, durante os anos 19(90) vários países africanos cederam às recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, adotando seu receituário e suas “reformas estruturais”. Nesse contexto, a abertura dos mercados liquidou, definitivamente, a cambaleante produção local de alimentos, pela simples desmotivação econômica de sua produção, corroborada ainda pela própria “ajuda humanitária” de doação de alimentos.<sup>3</sup>

### ***Um Histórico das Relações Econômicas entre Brasil e o Continente Africano***

O projeto de cooperação do Brasil com o continente africano ocorreu de forma gradativa e correspondeu à importância que adquiriu o continente no âmbito do sistema internacional após o processo de descolonização que se iniciou na década de 50/60 e até 1975 (colônias portuguesas). Nesse sentido, a atitude brasileira revelou-se bastante promissora pois tratava-se de ampliar a inserção internacional do Brasil, colocando a África no centro da afirmação brasileira de potência regional, reforçada com a concepção de um novo conceito de vizinhança: a “fronteira oriental”, cuja contigüidade é favorecida pelo Atlântico Sul.

A meta da política africana, definida formalmente durante o governo do Gal. Ernesto Geisel (1974-1978), era assegurar uma maior complementaridade política e econômica que reforçasse o perfil externo do Brasil e da própria África nas questões internacionais. Nesse sentido, as relações Brasil-África tiveram um duplo propósito: ampliar a presença brasileira no continente africano, como substituto às ex-potências coloniais; e projetar o Brasil como nação influente entre os países em desenvolvimento.

---

<sup>3</sup> Pires, M. Cordeiro. “As relações entre os países africanos a República Popular da China: novo colonialismo ou uma janela de oportunidade para a saída do atraso?”. Disponível em: <http://nepheusp.googlepages.com/textos> . Consultado em 20/08/2008.

Neste sentido, introduziu-se como uma das principais pautas da política exterior do Brasil, a multilateralidade horizontal Sul-Sul.

O afrouxamento do alinhamento às doutrinas de segurança hemisférica e a redefinição das relações com os Estados Unidos, foram os aspectos que conduziram o Brasil a uma maior aproximação com os países do Terceiro Mundo e com a África em particular. A partir daí, a política africana constituiu-se num espaço privilegiado da inserção internacional brasileira. Em termos econômicos, ela foi percebida como uma estratégia para o país ganhar maior autonomia em sua própria formação de capitais. Em termos políticos, buscou-se projetar o Brasil como liderança do Terceiro Mundo, a partir da veiculação da imagem do país como primeira civilização industrial dos trópicos, com tecnologias apropriadas às realidades subdesenvolvidas, de índole pacifista, anti-imperialista e etnicamente multirracial.

O processo de multinacionalização das grandes empreiteiras brasileiras remonta a década de 19(70). Hoje, os setores de engenharia e siderurgia são os mais internacionalizados do país. Nesta situação encontram-se a Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão e OAS, além de Vale do Rio Doce e Petrobrás. Essas companhias estão em 35 países, garantindo boa parte de suas receitas oriundas de atividades no exterior.

No entanto, ao se observar o movimento dessas empresas no cenário internacional, percebe-se que suas incursões nos países desenvolvidos mostram-se muito tímidas. A razão disso encontra-se no nível de desenvolvimento atingido pelas empresas de engenharia dos países centrais do capitalismo mundial. Ao mesmo tempo, as grandes empresas de construção civil norte-americanas, européias e japonesas tornaram os mercados dos seus países de origem quase impenetráveis para as empresas brasileiras. Como resultado natural, esses grupos se dirigiram para regiões como a América Latina, a África e a Ásia que apresentam um quadro inverso ao dos países centrais; não possuem empresas poderosas o suficiente para fazer frente às grandes empreiteiras brasileiras. Neste sentido...

*“...[o] continente africano apresenta exatamente essas características e, por isso, é o segundo mercado preferencial para as construtoras brasileiras, destacando-se a África portuguesa. Após a independência desses países, muitas*

*obras foram encomendadas a empresas estrangeiras pagas com recursos da exportação de matérias-primas e recursos minerais.”<sup>4</sup>*

Desse modo, acostumadas a operar em meio ao subdesenvolvimento, as gigantes brasileiras realizaram boa parte de seu processo de internacionalização em países africanos. Porém, este cenário econômico promissor tende, no momento atual, a sofrer uma reviravolta histórica. Com o modelo de inserção chinesa na África, descrito nas linhas anteriores, uma ameaça poderosa a este predomínio começa a dar seus primeiros sinais. A necessidade de matéria-prima como petróleo e minérios faz com que as propostas de generosas ofertas de financiamento concedidas por Pequim, tenham um melhor acolhimento nos mercados africanos, conforme comprovam acontecimentos recentes:

*“Uma das primeiras a se dar conta da nova realidade foi a Odebrecht, que está na África desde a década de 80. Dona de contratos importantes em Angola, como as obras da hidro-eléctrica de Capanda, a Odebrecht vinha propondo ao Governo do país a reforma do aeroporto da capital, Luanda, desde 2004. Em meados de 2005, após a China anunciar um empréstimo de 2 bilhões de dólares para a reconstrução da infra-estrutura de Angola, a empreiteira descobriu que a ideia da reforma havia sido sepultada. Os recursos emprestados só poderiam ser gastos com empresas chinesas, e elas faziam questão de construir um aeroporto novo. O pacote incluiu ainda a reconstrução de três ferrovias e várias obras menores. "Os chineses fizeram barba, cabelo e bigode", diz Humberto Rangel, director de novos negócios da Odebrecht Angola. Em Junho passado, foi a vez de a Vale amargar uma derrota que a fez reavaliar seus planos para o Gabão, também na África. Depois de investir 15 milhões de dólares no país, a empresa perdeu para os chineses a disputa pelo direito de explorar a mina de ferro de Belinga, tida como a maior jazida inexplorada do mundo, com potencial para 1 bilhão de toneladas. Os chineses se dispuseram a gastar 3 bilhões de dólares em infra-estrutura e a comprar toda a produção da mina. Meses antes, os governos chinês e gabonês assinaram vários acordos bilaterais, prevendo desde empréstimos em troca de óleo até cooperação técnica para desenvolvimento da pesca.”<sup>5</sup>*

Como se não bastasse, dados colhidos pelo Conselho Empresarial Brasil-China apontam que os chineses estão em cerca de novecentos projetos na África, a maioria financiada por estatais chinesas de construção pesada, o que mostra o potencial deste prejuízo para as empresas brasileiras.<sup>6</sup> Neste caso, é importante observar aqui que,

---

<sup>4</sup> CAMPUS, P.H.P. “As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras”. In: Anais do XIII Encontro de História ANPH-RIO

<sup>5</sup> O Liberal (Cabo Verde) em 14/02/2008.

<sup>6</sup> Conselho Empresarial Brasil-China: “Crescimento econômico chinês define agenda proativa para a África”. Disponível em [http://www.cebc.org.br/003/00301063.asp?ttCD\\_CHAVE=21161](http://www.cebc.org.br/003/00301063.asp?ttCD_CHAVE=21161)

embora a situação das empreiteiras brasileiras frente à incursão chinesa em países africanos – que em última instância, concentram a maior parte dos investimentos brasileiros dessa natureza –, já se configure em uma situação real e concreta de prejuízos a este setor, os dados referentes a esta nova situação ainda são difusos e incertos. Isto, por si só, faz com que a proposta contida nestas linhas seja justificada por sua importância. Os casos notificados configuram-se como expectativas de faturamento não realizadas, pela simples perda de clientela.

Mesmo assim, observando o caso através do princípio histórico-analítico, é possível determinar que a atuação chinesa, considerando-se o seu comportamento econômico recente e a sua capacidade de marcar forte presença na economia africana, vem proporcionando a perda de oportunidades. E, portanto, inibindo o faturamento das empreiteiras brasileiras e outras empresas nacionais de engenharia nos países da África portuguesa, tradicionais clientes dos negócios brasileiros naquele continente. Para pontuar mais ainda esta constatação, é importante se observar ainda a seqüência dos seguintes episódios:

*“Odebrecht*

*A empresa negociava com o governo angolano a reforma do aeroporto de Luanda. Foi atropelada pela oferta chinesa de 2 bilhões de dólares para financiar projetos de infraestrutura no país — entre eles a construção de um aeroporto novo*

*Companhia Vale do Rio Doce*

*A mineradora brasileira perdeu, em junho, os direitos de exploração de jazidas de ferro no Gabão. O pacote chinês, além de linhas de financiamento, incluía a construção de um porto maior que o da Vale para escoamento de minério*

*Petrobras*

*A empresa viu-se obrigada a firmar um acordo com a chinesa Sinopec para não ficar de fora da exploração de um dos mais promissores campos de petróleo de Angola. Na sociedade, ficará com 30% do petróleo retirado. Os chineses, com 40%.”<sup>7</sup>*

## ***Bibliografia***

ALMEIDA, PAULO ROBERTO (1987). “Geoestratégia do Atlântico Sul: Uma Visão do Sul”. *Política e Estratégia*, São Paulo, v.5, n.4.

CAMPUS, P.H.P. “As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras”. In: Anais do XIII Encontro de História ANPH-RIO

---

<sup>7</sup> Revista Exame de 24/07/2008

CONSELHO Empresarial Brasil-China: “*Crescimento econômico chinês define agenda proativa para a África*”. Disponível em [http://www.cebc.org.br/003/00301063.asp?ttCD\\_CHAVE=21161](http://www.cebc.org.br/003/00301063.asp?ttCD_CHAVE=21161)

FIORI, J. Luís “*Provavelmente, Deus não é Africano*”. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2008-04,a2365> . Visitado em 20/08/2008.

JORNAL: O Liberal (Cabo Verde) em 14/02/2008.

OLIVEIRA, HENRIQUE A (1987). “Política Externa Brasileira e Relações Comerciais Brasil-África”. São Paulo, FFLCH/USP. Tese de Doutorado.

PIRES, M. Cordeiro. “As relações entre os países africanos a República Popular da China: novo colonialismo ou uma janela de oportunidade para a saída do atraso?”. Disponível em: <http://nepheusp.googlepages.com/textos> . Consultado em 20/08/2008.

REVISTA Carta Capital edição de junho/2008

REVISTA Exame de 24/07/2008

RIBEIRO, CLAUDIO OLIVEIRA (2007). “Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006)”. São Paulo, FFLCH/USP. Tese de Doutorado.

RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO (1961). *Brasil e África: Outro Horizonte. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.*

SARAIVA, JOSÉ FLÁVIO S. (1996). *O Lugar da África. Brasília, UNB.*